

ANEXO II – PROGRAMAS DAS PROVAS

CARGO/FUNÇÃO COM REQUISITO DE ESCOLARIDADE DE ENSINO_NÍVEL MÉDIO GUARDA MUNICIPAL

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Linguagem verbal e não-verbal. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação. Significados contextuais das expressões linguísticas. 2. Sequenciais textuais: descritiva, narrativa, injuntiva, argumentativa, dialogal. 3. Organização do texto: Coesão e coerência textuais. Funcionalidade e características dos gêneros discursivos: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, aviso. Pontuação. Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). 4. Organização da frase. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. 5. Formação das palavras. Composição, derivação. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Fonemas. 6. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
CASTILHO, A. T. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
KOCH, Ingedore G. V. A coesão lexical. São Paulo: Contexto, 2000.
_____. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e *coesão*. São Paulo: Contexto, 2000.
NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: Ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL

1. Segurança Pública na Constituição Federal: finalidade, competência e atribuições. 2. Da Guarda Municipal de Senador Canedo: disposições gerais, estrutura organizacional, competência, direitos, deveres e proibições. 3. Armamento. 3.1. Definição de arma de fogo. 3.2. Regras de segurança: gerais e no treinamento. 3.3. Definição de armamento leve e sua classificação. 4. Tecnologia Taser. 5. Estatuto da Criança e do Adolescente. 6. Estatuto do Desarmamento. 7. Nova Lei de Drogas. 8. Uso da força pelos agentes de segurança pública. 9. História do município de Senador Canedo. 10. Legislação de trânsito: Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. 11. Lei Maria da Penha. 12. Noções de Direito Civil: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – dos bens públicos (art. 98 a 103).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Título V – Cap. III – Da Segurança Pública: art. 144. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
Lei orgânica do município de Senador Canedo – Cap. IX – Da Guarda Municipal. Disponível em: <<http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/leiorganica.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2013.
LEI MUNICIPAL Nº 1.605, de 01 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/Lei_1605_11%20Disp_e_Reestrutura__o_Carreira_Guarda_Municipal_Senador_Canedo.pdf>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Disponível em:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 001/2014

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11705.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em:
< <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={A14AD16A-EF1E-47CF-8866-EA5B8F3D06E2}>>. Acesso em 01 dez. 2013.
MACHADO, Maurício C. Pimentel. Coleção Armamento. Edição 1. 376 p. Disponível em: <
<http://www.colecaoarmamento.com.br/index.php>>. Acesso em 01 dez. 2013.
Senador Canedo. História da Cidade. Disponível em:
< <http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/historia.php>>. Acesso em 01 dez. 2013.
TASER PROTECT LIFE. Disponível em: <http://br.taser.com/images/imprensa-colecao/downloads/TASER_DEC_Imprensa.pdf>. Acesso em 01 dez. 2013.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

1. Conceito de Direitos Humanos. 2. O primado da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, direitos e garantias fundamentais em nossa carta política (Constituição Federal de 1988, Artigo 5º). 3. Diretrizes estabelecidas para o uso da força pelos agentes de segurança. 4. Limites da autoridade e exercício de poder. 5. Instrumentos normativos nacionais e internacionais afetos ao exercício do poder, uso da força e o respeito à pessoa. 5.1. Instrumentos normativos internacionais: 5.1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). 5.1.2. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979). 5.1.3. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (1984); 5.1.4. Convenção sobre os direitos da criança (1989); 5.2. Código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (1979). 5.2.1. Instrumentos normativos pátrios. 5.2.2. Constituição da República Federativa do Brasil (artigos do 1º ao 6º). 5.2.3. Lei Federal 4898/1965, que trata dos casos de abuso de autoridade. 5.2.4. Lei 7716/1989, define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. 5.2.5. Lei 9455/1997, define os crimes de tortura. 5.2.5. Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (Título II Dos Direitos Fundamentais).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABC – DIREITOS HUMANOS. Dicionário. Publicação do Projeto AXÉ e UNICEF. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veraleonelli/leonelli_abc_direitos_humanos.pdf. Acessado em 05 dez. 2013.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 205 dez. 2013.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acessado em 05 dez. 2013.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em 05 dez 2013.
GOMES, Luiz Flávio e Piovesan, Flávia. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. Acessado em 22 fev. 2011.
INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. Publicação do CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sumario.htm>. Acessado em: 05 dez. 2013.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2000.
MORAES, Bismael B. Segurança Pública e Direitos Individuais. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000. Notícias de uma Guerra particular. [Documentário]. Direção de Kátia Lund e João Moreira Salles.

VideoFilmes.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. SEDH e Ministério da Educação. Disponível em: http://www.unicap.br/catedradomholder/pdf/plano_educDH.pdf. Acessado em: 05 dez. 2013.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acessado em 05 dez. 2013.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2000.

VELHO, Gilberto e Alvito, Marcos. Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição. 3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções. 4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Sindicância e processo administrativo; 5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; 6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8429, de 02 de junho de 1992). 6. Lei Municipal n. 1.467, de 04 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do município de Senador Canedo e dá outras providências. 6.1. Lei Municipal n. 1.488, de 06 de abril de 2010. Revoga e Reforma a 6.2. Lei Municipal n. 1.471/10, que Institui o regime jurídico estatutário para os servidores Públicos do Município de Senador Canedo. Lei Municipal n. 1.605, de 1º de novembro de 2011. Dispõe sobre a reestruturação da carreira da Guarda Municipal de Senador Canedo. 6.3. Lei Municipal n. 1.744, de 22 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do Município de Senador Canedo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Título III- Cap. VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 05 dez. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 26.ª Ed. Atlas, 2013.

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ª Ed., 2009.

Senador Canedo.. Lei Municipal n.1.467, de 04 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do município de Senador Canedo e dá outras providências. Disponível em:

http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/Lei_1467_10%20Quadro%20Permanente%20de%20Pessoal.pdf. Acesso em 05 dez 2013.

Senador Canedo. Lei Municipal nº 1.488, de 06 de abril de 2010. Revoga e Reforma a Lei Municipal nº 1.471/10, que Institui o regime jurídico estatutário para os servidores Públicos do Município de Senador Canedo. Disponível em:

http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/Lei_1488_10_Revoga_Lei_1.471_10_Institui_Regime_Jur_dico_Estatut_rio_Dos_Servidores_Municipais.pdf. Acesso em: 05 dez 2013.

Senador Canedo.. Lei Municipal n. 1.605, de 1º de novembro de 2011. Dispõe sobre a reestruturação da carreira da Guarda Municipal de Senador Canedo. Disponível em:

http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/Lei_1605_11%20Disp_e_Reestrutura_o_Carreira_Guar_da_Municipal_Senador_Canedo.pdf. Acesso em: 05 dez. 2013.

Senador Canedo. Lei n. 1.744, de 22 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 001/2014

o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do Município de Senador Canedo. Disponível em: <http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/admin/leis/lei1744.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2013.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Noções de Constituição e Direito Constitucional. 2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Art. 1º ao 4º da CF/88). 3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Art. 5º a 16 da CF/88). 4. Da organização Político-Administrativa (Art. 18 e 19 da CF/88). 5. Da União (Art. 20 a 24 da CF/88). 6. Dos Estados Federados (Art. 25 a 28 da CF/88). 7. Dos Municípios (Art. 29 a 31 da CF/88). 8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Art. 37 a 41 da CF/88). 9. Organização dos Poderes (Art. 44 a 135 da CF/88).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.
MORAES, A. Direito Constitucional. 29.ª Ed, 2.013.
SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 36.ª Ed., 2013.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Infração penal: elementos, espécies. 2. Sujeito ativo e sujeito passivo. 3. O fato típico e seus elementos; crime consumado e tentado; pena da tentativa; concurso de crimes; ilicitude e causas de exclusão; punibilidade; excesso punível; culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 6. Crimes contra a pessoa. 7. Crimes contra o patrimônio. 8. Crimes contra a fé pública. 9. Crimes contra a administração pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código Penal (Decreto-lei n. 2.848, DE 7 de dezembro de 1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm . Acessado em 05 dez. 2013.
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. v. 1 a 4. - São Paulo: Saraiva, 2013.
GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. 10.ed. Niterói, Rio de Janeiro. Impetus, 2013.
JESUS, Damásio E. de. Código penal anotado. 25. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2012.
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal Vol. 1 a 4 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada. 8. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2013.
PRADO, Luiz Regis. . Curso de direito penal brasileiro, volume 2: parte especial : arts. 121 a 183. 11. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.